

## OS VIKINGS, A IDENTIDADE FRANCA E AS PROPOSTAS DE RECONFIGURAÇÃO DO PODER NA *FRANCIA* DO SÉCULO X PELAS PERSPECTIVAS DE UM MONGE BENEDITINO

### The Vikings, Frankish Identity and the Proposals for Reconfiguring Power in 10th Century *Francia* from the Perspective of a Benedictine monk

**Bruno Casseb Pessoti**

Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Oeste da Bahia  
Doutorando em História pelo PPGH-UFBA  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6905-0570>  
E-mail: [casseb.pessoti@ufob.edu.br](mailto:casseb.pessoti@ufob.edu.br)

Recebido em: 28/06/2020  
Aprovado em: 01/09/2021

**Resumo:** Esse artigo pretende analisar a forma como as invasões normandas do final do século IX e princípios do século X figuraram na obra *Quatro Livros de Histórias* do monge Richer de Saint Remi e de que maneira elas foram incorporadas à sua agenda política. Richer era um defensor da monarquia e um apologeta da centralização monárquica. Ele via nos inimigos externos uma força capaz de insuflar o processo de unificação do reino e de apaziguamento das animosidades entre os príncipes territoriais. Um dos caminhos apontados pelos *Quatro Livros* seria o de utilizar as investidas dos vikings para despertar nos francos a noção de pertencimento calcada na ideia de proteção da terra natal. A narrativa richeriana apresenta a defesa da *Francia* como ocasião em que a identidade poderia se manifestar e ser utilizada como cimento social. Dessa forma, a unidade colocaria fim ao esartejamento da autoridade e acabaria com guerras endógenas que dilaceravam sociedade franca.

**Palavras-chave:** *Quatro Livros de História*; século X; identidade.

**Abstract:** This article aims to analyze how the Norman invasions of the late ninth and early tenth centuries figured in the work *Four Books of History* by the monk Richer of Saint Remi and how they were incorporated into his political agenda. Richer was a defender of the monarchy and an apologist for monarchical centralization. He saw external enemies as a force capable of fueling the process of unifying the kingdom and appeasing the animosities between the territorial princes. One of the ways pointed out by the *Four Books* was to use the viking raids to awaken in the franks a sense of belonging based on the idea of protecting their homeland. Richer's narrative presents the defense of *Francia* as an opportunity for identity to manifest itself and be used as social cement. In this way, unity would put an end to the dismemberment of authority and put an end to the endogenous wars that tore frankish society apart.

**Keywords:** *Four Books of History*; 10th century; identity

### **Richer de Saint Remi, *Livro I***

O primeiro livro da obra *Quatro Livros de Histórias*, escrita por Richer, monge beneditino ligado ao mosteiro de Saint Remi, na década final do século X, trata dos reinados de Eudes, Carlos, o Simples, Roberto da Neustria e Raul da Borgonha. O arco temporal vai do ano de 888 – data da chegada de Eudes ao poder – até 936 – quando morre Raul da Borgonha. Dentre as temáticas às quais o autor dos *Quatro Livros* se atém, estão as invasões promovidas pelos normandos, do final do século IX, até as primeiras décadas do século X. As razias vikings estiveram nevrálgicamente atrelas ao equacionamento de poder no seio da aristocracia franca e se conformaram, na obra de Richer, como uma das justificativas a embasar a chegada dos primeiros descendentes de Roberto, o Forte ao poder. Cem anos depois da coroação de Eudes, a casa reinante robertiana destituiria permanentemente os herdeiros de Carlos Magno do trono, dando início ao tempo dos capetíngios, dinastia que desfrutaria de uma grande fortuna na subsequente história da França.

Nesse artigo, nos deteremos sobre alguns dos capítulos do *Livro I* da obra do monge de Saint Remi, nos quais as invasões dos homens do norte estiveram presentes. As passagens dos vikings pela *Francia* dos séculos IX e X, nos moldes apresentados por Richer, suscitam alguns questionamentos: como elas incidiram no universo narrativo richeriano e de que maneira este tentou explicá-las e usá-las como exemplo para as gerações futuras? Problematizar os desdobramentos históricos atinentes a essas perguntas e elaborar algumas interpretações que podem ajudar a respondê-las instigaram a elaboração desse trabalho. Aproveitamos o ensejo para dizer que as traduções presentes nesse trabalho são de nossa inteira responsabilidade. A decisão de indicar as passagens da obra de Richer pela designação dos capítulos em que elas aparecem decorreu do fato de que, assim procedendo, abriremos ao leitor a possibilidade de compulsá-las a partir de qualquer uma das versões dos *Quatros Livros* que se encontram disponíveis ao público. Escolhemos utilizar a versão editada e traduzida por Robert Latouche, publicada em 1930.

## Os francos e os vizinhos do norte

Os vikings e suas razias estiveram umbilicalmente atrelados aos eventos que marcaram o Reino dos Francos entre os séculos IX e X. Eles não poderiam estar ausentes de um livro de história que se debruçasse sobre esse período. Os *Quatro Livros de Histórias* são manifestação disso. Tratar do processo de assimilação desses grupos ao universo franco é absolutamente impreterível, não apenas para conhecermos a obra do monge Richer de Saint Remi, mas também para problematizarmos a história da *Francia* alto-medieval. A narrativa richeriana traz ao lume a conturbada relação entre os habitantes da Gália e os invasores vindos do norte. No *Livro I*, os normandos aparecem reiteradas vezes e compreender as representações criadas pelo discurso richeriano sobre eles é tarefa necessária, tanto para a compreensão da leitura histórica que os *Quatro Livros* fazem da sociedade franca do século X, quanto para analisar suas contribuições para o entendimento desse contexto. Combater os vikings se apresentou como missão das autoridades políticas e militares ao longo de todo o primeiro livro. A postura adotada pelos francos em relação aos normandos assumiu tons paradoxais desde o começo. Richer diz que as guerras intermináveis em que os nobres francos se digladiavam entre si, instigados pela menoridade do herdeiro da coroa, Carlos, o Simples, serviram de combustível para que os vikings perpetrassem suas devastações na Gália. O caos endógeno promovido pelas guerras entre os aristocratas estimulava os invasores e o discurso richeriano atribuía aos próprios francos a responsabilidade pelos flagelos advindos com os ataques promovidos pelas hordas agressoras. Prenunciava-se uma ideia que permearia a obra nas suas mais variadas partes constitutivas: a de que o reino padecia com a cisões internas e que a centralização monárquica seria o caminho que resolveria toda sorte de distúrbios que acometiam a *Francia*.

A infância de Carlos foi a ocasião para que os grandes do reino, insuflados por sua cupidez, disputassem o poder. Cada qual tentava, por todos os meios possíveis, aumentar suas riquezas. Ninguém tinha cuidado em proteger os interesses do rei ou de zelar pela guarda do reino. Conquistar os bens dos outros era, para todos, um grande negócio e quem nada acrescentasse ao seu patrimônio às expensas de outro, parecia não ter feito nada por seus interesses. Assim, a união de todos degenera em uma terrível discórdia e tomba no incêndio, na pilhagem, na devastação. Aproveitando dessa situação

deplorável, os piratas que habitavam na província de Rouen, na Gália Céltica, se entregaram a excessos horríveis.<sup>1</sup>

Os *Quatro Livros* sugerem que o desentendimento entre os *optimates* teria sido o grande combustível para o sucesso das incursões normandas na Gália. É possível entrever aí a leitura política inerente à obra do monge de Saint Remi de que os conflitos internos degeneravam nas mazelas que vinham de fora do reino e possibilitavam que elas fossem bem-sucedidas. Em um cenário interno marcado pelo esquarteramento da autoridade, a saída encontrada pelos grandes aristocratas, segundo Richer, foi ceder aos vikings uma parte do reino nos entornos da metrópole de Rouen.<sup>2</sup> E assim, “depois de refletir bastante, os grandes da Gália foram da opinião de que o rei cedesse essa província aos bárbaros, com a condição, entretanto, de que eles abandonassem a idolatria e observassem fielmente a religião cristã.” As exigências não terminariam aí, os pagãos “deveriam ainda servir fielmente aos reis da Gália, na terra ou no mar.” Para Richer, a impossibilidade de evitar as investidas fez com que os nobres francos tentassem transformar os invasores pagãos em aliados convertidos. O argumento político inerente ao discurso richeriano – de que a debilidade militar que impediria a proteção do reino decorreria do desentendimento entre os membros da nobreza – traz em seu rastro uma avaliação religiosa dos eventos. Os normandos seriam a manifestação do flagelo que pune os cristãos que se matam reciprocamente. A tentativa de convertê-los não adviria apenas da necessidade de levar o cristianismo para locais marcados pelo paganismo, mas também da incapacidade de conter as razias que os povos dessas regiões perpetravam.

A fidelidade exigida pelo trato sugeria a obediência a uma autoridade pretensamente centralizada – culturalmente aceita como legítima detentora do poder na sociedade franca – que não refletia o cenário descrito por Richer como motivador da proposta de aliança. A centralidade que a assertiva “aos reis da Gália” enseja e a lealdade requisitada para com os monarcas francos, não condiz com “ninguém tinha cuidado em proteger os interesses do rei ou zelar pela guarda do reino.” Pela narrativa richeriana, depreende-se que os nobres exigiam dos invasores um vínculo para com os

monarcas francos que eles mesmos não observavam. As contradições inerentes ao discurso de Richer refletem as relações contraditórias estabelecidas entre vikings e francos, balizadas, inclusive, pelas conturbações que marcavam a ordem social na *Francia* diante da debilidade da autoridade monárquica. O texto enfatiza que os acordos não foram suficientes para colocar fim aos ataques.

Instigados, então, por sua crueldade natural, voltaram seus esforços contra os príncipes divididos e infestaram com suas hordas a pequena Bretanha, contígua à Gália onde perpetraram latrocínios e devastações. Depois, aproveitando uma ocasião favorável, quebraram seu juramento e invadiram a Gália, se espalharam por todas as partes levaram um rico despojo que envolveu mulheres, crianças e rebanhos. [...] Além disso, atacaram e devastaram com frequência toda a Gália céltica, compreendida entre o Sena e o Loire, conhecida como Neustria. Eles se propunham também a invadir a parte central da Gália, expulsar seus habitantes e submetê-los a pesados tributos e se apressavam para promover essa incursão antes que os senhores se reconcilhassem, convencidos de que as divisões existentes favoreceriam a tomada das riquezas da Gália.<sup>3</sup>

O monge diz que os normandos que haviam recebido Rouen “instigados, então, por sua crueldade natural, voltaram seus esforços contra os príncipes divididos [...]. Depois, aproveitando uma ocasião favorável, quebraram seu juramento e invadiram a Gália [...]” Richer prossegue com sua narrativa dizendo que os projetos dos normandos envolviam a ampliação das áreas a serem invadidas e que eles “se apressavam para promover essa incursão antes que os senhores se reconcilhassem, convencidos de que as divisões existentes favoreceriam a tomada das riquezas da Gália.” O acordo entre eles não foi bem-sucedido, os invasores não cumpriram com o que havia sido acertado e não havia uma força capaz de submetê-los e exigir-lhes a obediência aos juramentos. O discurso richeriano enaltece o proveito que os vikings tiravam da dissidência que imperava entre os francos e salienta os planos feitos para aproveitar o contexto favorável das guerras internas. O monge de Saint Remi parece convencido de que as mazelas decorriam da debilidade causada pelo desentendimento entre os nobres francos. Diante da impossibilidade de colocar fim aos ataques orquestrados pelas hordas normandas, uma alternativa precisaria ser aventada, já que a tentativa de refrear as agressões unicamente através da concessão de terras fracassara fragorosamente.

É preciso lembrar que a atribuição de Rouen aos normandos foi feita por Carlos, o Simples, no ano de 911 e, diferente do que nos apresentam as páginas dos *Quatro Livros*, não teria acontecido durante a infância do rei franco. O chefe normando Rollo recebeu a província e, em troca, se comprometeu a oferecer serviços militares e a converter seu povo ao cristianismo. Resta, contudo, a ideia de que a cisão entre os príncipes engendrou a necessidade de estabelecer alianças com os pagãos ante a impossibilidade de oferecer-lhes resistência. A descrição de Richer diz respeito ao contexto dos anos finais do século IX, mas a narrativa nos apresenta a perspectiva de avaliar o impacto político das relações entre francos e normandos nas décadas subsequentes. Amparando-se no argumento da debilidade do legítimo herdeiro da coroa, Carlos, o Simples, decorrente de sua pouca idade, um grupo de *optimates* escolheu um novo rei, em 888.

Em uma reunião, recorrendo aos conselhos dos sábios, se uniram através de juramentos, estabeleceram uma harmonia perfeita; e decidiram se preparar para vingar os ultrajes recebidos dos bárbaros. E em decorrência de Carlos ter apenas três anos, decidiram escolher um rei, não como traidores, mas para combater os invasores.<sup>4</sup>

Eudes, filho de Roberto, o Forte, foi eleito precisamente pela competência demonstrada na luta contra os invasores. Ele foi o primeiro rei da linhagem capetíngia que, cem anos após sua coroação, assumiria definitivamente o trono do Reino dos Francos, em detrimento dos carolíngios. Richer diz que Roberto pertencia à ordem equestre, que seu pai se chamava Witichind e era de origem germânica.<sup>5</sup> Não há outra fonte que apresente essa genealogia e a tentação de atribuir-lhe uma origem lendária é bastante grande. Witichind foi um chefe guerreiro saxão que opôs uma grande resistência a Carlos Magno (LECOUTEUX, 2007: p. 197) e a escolha desse nome para designar a ancestralidade robertiana não foi fortuita. Ao tempo em que evidenciava o traço ‘exógeno’ dos antepassados de Eudes, designava seu avô por um nome negativamente atrelado à trajetória do maior imperador da história do povo franco. Essa passagem enseja o questionamento da legitimidade da coroação de Eudes pela ótica richeriana. Ao longo do século X, a luta entre os herdeiros de Carlos Magno e os

descendentes de Roberto, o Forte estaria no epicentro do cenário político no Reino Franco Ocidental. As relações estabelecidas com os normandos precisam ser equacionadas para que se possa compreender os resultados dessas querelas. Os *Quatro Livros* trazem informações valiosas sobre o desenlace dessas contendas e a participação que os vikings tiveram nelas.

Quando Richer afirma que os nobres, “recorrendo ao conselho dos sábios,” decidem se unir através de vínculos balizados por uma “harmonia perfeita” tendo como objetivo “vingar as ofensas recebidas dos bárbaros” ele mostra como os normandos ofereceram o combustível para que os francos se unissem. Bastaria ‘apenas’ que estes chegassem a esse entendimento, para que todos saíssem ganhando. O vínculo deveria ser estabelecido a partir do recurso a uma idiosincrasia atrelada à cultura política que conferia identidade à sociedade franca. Assim, a despeito da fragmentação que a casa reinante não conseguira reverter, o passado poderia ser o caminho para cimentar os elos que seriam utilizados para saciar um desejo de vingança alimentado pelos ataques constantes perpetrados pelos invasores e expulsá-los definitivamente. É interessante perceber que, no discurso de Richer, dois elementos desempenharam papéis complementares diante da necessidade premente de união para conter as invasões normandas: o externo – os próprios vikings – deveria alimentar o sentimento de unidade diante da necessidade de defesa do reino; o interno – a obediência suscitada pela orientação dos sábios – deveria despertar a noção de identidade e a sensação de pertencimento, já que se configurava como traço característico do funcionamento do sistema político franco responsável pela organização da sociedade e ligado à ancestralidade do grupo. Richer aponta qual deveria ser o caminho para debelar os problemas endógenos e exógenos: apelar para os elementos que pudessem insuflar a identidade e cimentar a unidade – e as razias vikings foram parte constitutiva dessa proposta.

Certamente, a “harmonia perfeita” não poderia significar a participação da unanimidade dos nobres no projeto de união em torno de Eudes. Muitos dos grupos aristocráticos não se alinharam ao robertiano e guardaram fidelidade para com a casa reinante. Édouard Favre nos diz que Eudes teve em Fulques, arcebispo de Reims, seu adversário mais pertinaz. Segundo Favre, Fulques, motivado por interesses pessoais e



alimentado pela ambição, escolheu o Duque de Espoleto, Gui II, com quem tinha vínculos sanguíneos, para fazer oposição a Eudes. (FAVRE, 1976: p. 85-86) Gui foi coroado no mesmo ano de o robertiano (Ibidem) e, ainda que não tenha assumido a coroa de forma efetiva, se configurou como prova de que a harmonia alardeada nas páginas dos *Quatro Livros* estava longe de representar a realidade. Fulques, buscando uma alternativa a Eudes, apoiaria Arnulfo da Caríntia, rei dos francos orientais, no que não foi bem-sucedido, e Carlos, o Simples, a quem coroou em 893. O acerto para que o carolíngio assumisse a coroa, depois da morte de Eudes, teve participação ativa do arcebispo de Reims. Os conflitos que se seguiriam, nos anos subsequentes, seriam a prova de que a ameaça viking não seria capaz de promover a unidade no seio na aristocracia franca, ainda que o objetivo fosse fazer frente a uma mazela que trazia incômodos para diferentes partes do reino.

De acordo com texto do monge de Saint Remi, os nobres não pensavam em alijar o carolíngio de sua coroa. A pouca idade do rei teria sido o catalizador da escolha de um novo rei. Em 888, ano da coroação de Eudes, Carlos tinha oito anos – não os três que Richer lhe atribui – e as guerras contra os normandos não poderiam esperar que ele amadurecesse. Ainda assim, a passagem aponta essa decisão como um paliativo necessário, mas não permanente, o que permite entrever a defesa que o discurso richeriano faz da legitimidade carolíngia. Ele assevera que a decisão decorreu da pouca idade do rei e da necessidade de combater os invasores, e garante que os nobres francos não eram desertores. Depreende-se que os problemas pelos quais o reino passava não poderiam servir de justificativa para a instalação de outra linhagem no trono. Nessa parte do texto, o monge imputa sua percepção sobre o que seria melhor para a *Francia* e, conseqüentemente, a todos os *optimates*, ao representá-los como cientes de que problemas sérios, tais quais as lutas intermitentes contra os adversários do norte, exigiam a união de todos.

Mesmo diante da expectativa que sua escolha pudesse ter suscitado e dos esforços que perpetrou, Eudes não foi capaz, segundo os *Quatro Livros*, de arbitrar as contendas entre os príncipes. “Coroadado, sempre agiu com força e disposição, mas, absorvido pelas exigências da guerra, ele, raramente, pôde trabalhar para a reconciliação



dos partidos.”<sup>6</sup> Isso demonstra que ele não arregimentou toda nobreza – o que já era de se esperar – e, portanto, não se converteu em juiz das querelas entre os diferentes grupos, o que o apartou de um atributo inescapável daqueles que cingiam a coroa. Pierre Riché afirmou que, no contexto em que predominou a dinastia carolíngia, o rei tinha como missões precípuas impor a justiça e fazer imperar a paz pública (RICHÉ, 1983: p. 291). Eudes não conseguiu fazer, nem uma coisa, nem outra, de forma efetiva e duradoura. Richer mostrou que a ação do rei se direcionou, principalmente, ao combate frente aos invasores vikings e que sua atuação não contemplou toda a agenda política que um rei teria sob sua responsabilidade. Ainda assim, foram generosas as representações que a narrativa richeriana ofereceu sobre Eudes. O robertiano apareceu, nos *Quatro Livros*, desempenhando, valorosamente, as atividades bélicas para as quais havia sido coroado, após as orientações dos sábios – “com efeito, na Neustria, sete vezes ele derrotou os piratas em batalhas cerradas, nove vezes ele os obrigou a fugir, em um período de, aproximadamente, cinco anos.”<sup>7</sup> Mas, mesmo para essa função, ele se deparou com inúmeras adversidades, não conseguiu colocar fim às razias normandas e não uniu os nobres em torno de sua autoridade. Eudes reinaria até sua morte, em 898, tendo dividido a coroa com o legítimo herdeiro, a partir de 893. No discurso richeriano, ele desempenhou, principalmente, o papel de chefe guerreiro designado a congregar as forças que deveriam expulsar os invasores que se aproveitavam das cisões internas para promover ataques e devastações, ainda que tenha atuado em outras frentes e assumido outras funções do aparato institucional ligado à monarquia franca.

Treze anos depois da morte de Eudes – no contexto imediatamente anterior à concessão das terras de Rouen aos normandos de Rollo –, seu irmão Roberto, Duque da Neustria – e futuro rei – também figuraria em um episódio narrado por Richer em que o apelo à identidade e ao ideal de pertencimento se fariam presentes no embate contra os vikings. O ano era 911. De acordo com os *Quatro Livros*, Rollo, filho de Catilo – que conheceremos abaixo –, comandou uma expedição nas imediações do Loire de onde extraiu um rico butim, tendo sob seu comando 50.000 homens. Tropas de várias partes do reino foram congregadas para fazer-lhe oposição. O rei mandou combatentes da

Lorena, os aquitanios e neustrianos enviaram seus soldados. Segundo nos informa o monge de Saint Remi, Roberto “percorria as legiões e chamava os principais chefes pelo nome e os exortava a se lembrarem de sua coragem e de sua nobreza, ‘é pela pátria,’ dizia-lhes, ‘pela vida, pela liberdade que vocês combaterão.’ [...] Por essas palavras, seguidas de muitas outras, ele inflamou o ardor dos soldados.”<sup>8</sup> Nessa passagem, o discurso explora a conexão entre os guerreiros e sua terra natal, que precisaria ser defendida dos ataques de salteadores externos. Além disso, a ideia de pertencimento à nobreza – grupo ao qual a narrativa richeriana direcionava seu clamor de que a pacificação deveria ser perquirida – foi conclamada. É possível identificar, nas palavras instigadoras imputadas ao duque da Neustria, traços da agenda política de Richer de que os inimigos externos poderiam desempenhar um papel primordial no impulso à unidade e na inspiração à identidade. O retumbante sucesso de que foi coroada a campanha evidenciaria os benefícios que a união dos francos poderia trazer ao reino. A dimensão da vitória foi potencializada pelo número de normandos – certamente hiperbolizado pelo autor – que os francos conseguiram vencer, o que transforma a façanha num exemplo do que poderia ser alcançado se os francos unissem suas forças.

Mais uma vez, o discurso richeriano descreveu uma ocasião em que as benesses da unidade são apresentadas a partir do estabelecimento de vínculos entre os súditos do reino, no rastro da necessidade de se combater os agressores normandos. Essa batalha seria sucedida pela doação da região de Rouen a Rollo que, em troca, se comprometeria a converter seus homens e a observar as obrigações de fidelidade em relação ao rei. Parte de sua tarefa seria empenhar seus efetivos para combater outros invasores do norte que continuariam a ameaçar diferentes regiões do reino. Essa medida foi orquestrada por Carlos, o Simples, que sucedeu a Eudes, e que também não conseguiria reverter o processo de fragmentação da autoridade que imperava na *Francia*. Ele se valeria da aliança firmada com o chefe normando Rollo, após a concessão feita em 911, para tentar contornar a debilidade de seu exército e a exiguidade de aliados que lhe facultavam apoio. A falta de sustentação fez com que o monarca carolíngio apelasse para a associação com grupos que haviam promovido – e continuariam promovendo – toda

sorte de perturbações e prejuízos ao reino. De adversários e invasores, os normandos foram transformados em aliados da casa reinante.

Richer não cogita cancelar a coroação de Eudes como elemento balizador de uma possível mudança dinástica. O que os *Quatro Livros* deixam claro é que um partido dotado da força necessária para lançar um candidato ao trono estava consolidado. A consagração do primeiro robertiano a cingir a coroa, ainda que eivada de contestações, seria uma ferramenta política importante nas mãos da dinastia capetúgia em sua luta pela substituição da legítima casa reinante. É difícil acreditar que Eudes estivesse afinado com a ideia de devolver a coroa a Carlos e de renunciar a um – ilegítimo – direito de sucessão. Quando sua coroação estava encaminhada, ele cedeu ao seu irmão, Roberto, o condado de Paris e outros bens, como Anjou, Blois e Touraine, além da emblemática abadia de São Martinho de Tours. Procedendo assim, além de salvaguardar os interesses da sua linhagem, ele concedia ao irmão uma posição semelhante àquela que ele mesmo ocupava quando sua coroação era orquestrada (FAVRE, 1976, p. 96). Parece, efetivamente, que o novo rei trabalhava para que a casa robertiana permanecesse no poder, o que fragiliza a ideia richeriana de que os nobres que escolheram Eudes estivessem imbuídos, apenas, do objetivo de combater os invasores – ainda que essa fosse uma necessidade premente. Em 922, quase vinte e cinco anos após a morte de Eudes, seu irmão seria coroado – durante o reinado de Carlos, o Simples – e a proposta de Richer de que os *optimates* se unissem em torno de uma monarca para colocar fim ao caos social, estava mais distante do que nunca. Havia dois reis e o inevitável confronto entre eles não tardaria a lançar combustível nas desavenças que faziam entrecocar-se as diferentes casas aristocráticas.

### **Richer, os vikings e a medievalística**

Os homens do norte aparecem na obra de Richer como invasores pagãos e sanguinários, como possíveis conversos e potenciais aliados militares nas tentativas de organização da *Francia*, como catalizadores de mudanças políticas no seio da sociedade franca. Esses elementos, presentes na narrativa richeriana, oferecem uma perspectiva interpretativa que dialoga com o argumento utilizado pelo medievalista inglês Fraser

McNair (McNair, 2017: p.11-15) para analisar as relações entre francos e normandos nas duas primeiras décadas do século X – período em que o monarca Carlos, o Simples lutava empedernidamente para ter sua autoridade reconhecida no Reino Franco. McNair atribuiu à aliança estabelecida entre o carolíngio e alguns grupos de vikings o descontentamento de uma parte da nobreza que teria se recusado a oferecer apoio a um rei que havia se vinculado a inimigos históricos ainda mal assimilados. Para McNair, a debilidade das forças congregadas por Carlos, o Simples em sua luta contra Roberto da Neustria evidenciaria que ele havia sido abandonado por uma parte importante dos seus aliados durante os conflitos que colocaram frente a frente carolíngios e robertianos. Roberto era irmão de Eudes e havia sido coroado rei por seus apoiadores em 922, um ano antes de derrotar Carlos na Batalha de Soissons.<sup>9</sup> A interpretação do medievalista inglês é a de que se apresentava como inadmissível para uma parte da nobreza a união com ‘bárbaros pagãos’ contra os membros de uma aristocracia ‘genuinamente’ franca, num contexto em que os ultrajes recebidos ainda estavam frescos na memória e presentes no cotidiano. A ideia inerente à aliança que traria vikings para o seio da sociedade franca teria inflamado os ânimos e ferido as susceptibilidades de alguns *optimates* ciosos da identidade que a ancestralidade franca facultava. Ainda que os normandos já estivessem assentados e batizados desde 911, as invasões e pilhagens não haviam acabado e as rusgas decorrentes dos prejuízos causados nos séculos anteriores ainda não haviam sido superadas. Alianças pretéritas entre as partes não haviam redundado na observância de suas obrigações por parte dos recém-convertidos. A exigência imposta por Carlos de que os normandos de Rollo se batizassem e interrompessem as pilhagens antes de se fixar nas terras cedidas na região de Rouen, não foi suficiente para apaziguar totalmente os ânimos. Batismo e conversão eram coisas distintas e o caso envolvendo Ingo – que teria assassinado Catilo, invasor normando derrotado pelos francos, na pia batismal por desconfiar da sinceridade de sua conversão – que será analisado à frente, é um exemplo de como o primeiro poderia ser estrategicamente utilizado para escapar a uma punição ou para angariar algum benefício.

Os *Quatro Livros* evidenciam o impacto das invasões normandas nos encaminhamentos políticos da sociedade franca. A escolha do novo rei, no fim do século IX, esteve ligada ao combate contra os vikings e foi tida como elemento necessário para salvar o reino. Richer nos mostra que essa saída política, ainda que tivesse resistência de uma parte da elite, foi sugerida pelos ‘sábios’ e acatada, pelo menos, por parte dos nobres. Ele invocou, assim, uma razão que se atrelada à ancestralidade dos francos – já mencionada anteriormente – e que avalizava a ‘reconsideração’ da legitimidade monárquica diante de uma situação emergencial. Fica a ideia de que havia uma instância supra monárquica apta a agir nos casos em que a casa reinante não conseguisse resolver questões que colocassem o reino em perigo. A associação entre a debilidade do rei e os ataques normandos tornava necessário o recurso a essa instância. Destarte, os grupos que estiveram na origem dos problemas que levaram à decisão – lastreada por costumes políticos ancestrais – de substituir a família real não poderiam se converter em aliados sem causar um grande mal-estar no seio das elites dirigentes. A própria escolha dos normandos como aliados – o que denotaria uma debandada de apoiadores que pudessem garantir a permanência do carolíngio no poder – evidenciava a carência de autoridade que vitimava o comportamento político do rei.

Nesse caso, há um precedente que fortalece a interpretação de McNair. Pepino II, o Jovem, neto de Luís, o Piedoso foi alçado à condição de rei da Aquitânia, pelos nobres, em 838. Deserdado em detrimento de Carlos, o Calvo, Pepino se entregou a toda sorte de rebeliões e guerras na tentativa de recuperar o trono perdido. Em meados dos anos 840, num contexto em que as invasões normandas provocavam devastações em várias partes do Império Carolíngio, ele se aliou a um grupo de vikings para aumentar seus efetivos o que fez com que começasse a perder o apoio da nobreza aquitana. Derrotado, foi preso e colocado à força em um mosteiro na região de Soissons, em 852, donde escapou dois anos depois. Reiniciou seus esforços para recuperar a herança perdida, mais uma vez tendo como aliados grupos de vikings. No final da década de 850, ele foi abandonado pelos aristocratas que ainda lhe guardavam fidelidade. A acusação de que teria adotado o paganismo e sua condenação à morte por renegar ao cristianismo renderam algumas interpretações: a de que havia, efetivamente, adotado o paganismo ou a de que teria passado a seguir os hábitos e estilo de vida dos

aliados normandos (WALSH, 2015: p. 70). Em 864, Pepino foi recapturado e colocado em novo cativo, em Senlis, do qual não escaparia. Além da condenação por apostasia, Pepino foi considerado traidor.

As semelhanças entre as trajetórias de Pepino e Carlos chamam a atenção. Foram coroados reis, perderam suas coroas, acabaram presos, escaparam e se aliaram com os normandos na tentativa de recuperar o trono, perderam parte do suporte das aristocracias, foram derrotados e reconduzidos ao claustro onde passariam o resto dos seus dias. Fraser McNair (McNair, 2017: p.11-15) aponta a aliança feita com os vikings como fator preponderante para a perda de suporte por Carlos, tanto entre os aristocratas, como – e principalmente – entre os bispos que o apoiaram. O carolíngio teria, sob essa ótica, se associado aos pagãos que deveria, na condição de rei, se esmerar para combater, submeter e converter. Transformar os normandos em aliados, ainda que fosse uma necessidade que oferecesse respaldo militar imprescindível para Carlos, foi tido como inaceitável entre leigos e religiosos. A análise McNair de que a aristocracia teria abandonado Carlos em decorrência de sua ligação com os normandos é deveras sedutora e o caso de Pepino poderia ser visto como precedente histórico acontecido menos de trinta anos antes de Carlos ser coroado, em 893.

Quando se pensa nas representações associadas aos normandos pelas fontes coetâneas – invasores, piratas, pagãos, bárbaros – e na responsabilidade que elas, aparentemente, lhes atribuíam de manifestação de um comportamento selvagem e sanguinário, a análise de McNair fica ainda mais convincente. Os vikings aparecem como depositários de condutas que chocam os que escrevem – e os que leem – sobre seus atos pelo descomedimento que lhes é imputado no que tangia à violência direcionada à devastação das terras, profanação de igrejas e santuários, destruição material e humana.

As ponderações de Geoffrey Koziol (KOZIOL, 2006: p. 363-366.) corroboram e robustecem a argumentação de Fraser McNair. Segundo Koziol, a memória das relações conflituosas estabelecidas com os normandos desempenhou papel importante na recusa, pelos robertianos, da aliança entabulada entre Rollo e Carlos, o Simples que transformou os vikings em aliados do carolíngio. Koziol nos lembra que o pai de Roberto e Eudes foi morto por vikings e que este foi sitiado por eles em um conflito

penoso antes que ele fosse coroado, em 888. O próprio Roberto havia se envolvido em vários conflitos contra os normandos e a concessão das terras a Rollo, em 911, havia sido orquestrada após uma guerra cruenta da qual o neustriano saíra vitorioso. Essa batalha foi bem-sucedida graças a uma aliança estabelecida com Ricardo, o Justiceiro, outro renomado aristocrata conhecido pela oposição renhida que manifestava em relação aos homens do norte. Toda rivalidade que esses confrontos explicitavam estaria na origem da recusa de apoio que ‘contagiu’ outros nobres que não admitiam esses liames estabelecidos com os grupos que eram representados como piratas e pagãos, o que fez com que muitos aristocratas declinassem do auxílio aos esforços de Carlos para manutenção de sua coroa.

É preciso, contudo, analisar os anos que se seguiram à derrota de Carlos e os vínculos estabelecidos entre os robertianos e os homens do norte. Em 933, poucos anos depois da morte de Carlos (929), Guilherme, Longa Espada, filho de Rollo, reconheceu Raul da Borgonha (robertiano, filho de Ricardo, o Justiceiro, escolhido como sucessor de Roberto da Neustria, após a prisão e destituição de Carlos, em 923) como rei e, pelos vínculos de fidelidade estabelecidos, recebeu em troca o direito sobre terras bretãs. Em 935, Guilherme contraiu matrimônio com Liegarde, filha do conde Herbert II, de Vermandois, a partir de uma aliança orquestrada pelo filho de Roberto, Hugo, o Grande. Este promoveria o casamento de sua filha Emma, com Ricardo I, da Normandia, neto de Rollo. Em 936, o apoio dos normandos foi decisivo para o reconhecimento do carolíngio Luís IV, de Além-Mar, que retornava do seu exílio na Inglaterra. Eles se aliariam, logo em seguida, a Herbert II e Hugo, o Grande, contra o mesmo Luís e seu aliado, Arnulfo de Flandres. O leque de alianças estabelecidas com diferentes linhagens e grupos aristocráticos evidencia a margem de manobra dos normandos no Reino dos Francos Ocidentais. Nos anos subsequentes, os Duques da Normandia se estabeleceriam no cenário político franco sendo cortejados e estabelecendo vínculos com os diferentes grupos que lutavam pela hegemonia na *Francia*. Esses eventos oferecem indícios de que a assimilação e o reconhecimento em relação à inserção dos homens do norte à sociedade franca caminhavam para sua consolidação contemporaneamente à guerra entre robertianos e carolíngios.



Diante disso, surgem os questionamentos: como os aristocratas que consideravam inadmissível a proximidade com os normandos – e que teriam abandonado Carlos pelos vínculos estabelecidos com os ‘invasores’ – reagiram a essas ligações nevrálgicas costuradas entre os sucessores de Rollo e os robertianos, poucos anos depois da morte do carolíngio? A partir de que processos essa recusa em aceitar os vikings como aliados foi dissuadida tão rápida e profundamente a ponto de transformá-los em aliados cortejados por diferentes grupos e linhagens que lutavam por espaço e poder?

A medievalista Christine Walsh apresenta um contraponto deveras interessante. Walsh diz que o mais provável é que “o verdadeiro crime de Pepino tenha sido perder a luta pelo poder, e que essa aliança com os não-Cristãos ofereceu uma maneira conveniente para desacreditá-lo” (WALSH, 2015: p. 71). Essa análise poderia ser transferida e relacionada ao caso de Carlos, o Simples sem que ela perdesse suas possibilidades explicativas. Não se pode desconsiderar a perspectiva de que, no caso de Carlos, alguns grupos aristocráticos tenham veiculado publicamente sua percepção de que a aliança com os vikings extrapolava o limite que não poderia ser transposto sob o risco de perda de qualquer pretensão de legitimidade de governar, apenas para justificar sua contraposição à casa real. Tendo percebido que o monarca legítimo acabaria inescapavelmente derrotado, os nobres que haviam abandonado o barco real precisariam lançar mão de um argumento que validasse suas condutas. Assim, estaria apresentado o argumento a embasar a vontade política que pavimentaria o caminho para a troca de dinastia, após a derrota e o encarceramento do rei.

Essa análise traz consigo a necessidade de revisão de alguns discursos enraizados sobre os vikings marcados por descrições pré-concebidas e por análises apriorísticas. É necessário esquadrihar as representações atinentes às relações envolvendo vikings e francos, bem como reconsiderar as interpretações relacionadas a algumas fontes. Por mais que no século X a assimilação não tivesse se completado e que os ressentimentos relacionados aos conflitos pretéritos se fizessem sentir, os normandos não estavam deslocados da órbita cristã, nem tampouco da cultura franca. As designações utilizadas pelas fontes para descrevê-los não são suficientes para pensarmos

o contrário, nem as descrições concernentes aos ataques e ao recurso a uma violência desmesurada.

Antes do mais, todas as fontes de que dispomos para esse período foram escritas sob a ótica cristã. O termo ‘pagão’ presente nesses relatos, utilizado para enaltecer a estranheza e a condenação em relação aos normandos, muitas vezes aparece para designar os próprios cristãos que tivessem deslizado na observação das práticas exigidas pela Igreja Católica (Ibidem, p.77). Christine Walsh assevera que mesmo com todas as dificuldades de adaptação à nova vida – cristã e sedentarizada – e com algumas evidências de que as práticas pagãs continuassem a se manifestar, a assimilação linguística dos grupos assentados foi relativamente rápida. Ela utiliza como argumento o fato de Guilherme I, da Normandia ter enviado seu filho para aprender dinamarquês em Bayeux, já não sendo possível fazer isso em Rouen, em meados do século X. Antes da virada para o ano mil, os normandos já estariam vivendo sob a égide do cristianismo sem maiores evidências de retomada das práticas pagãs (Ibidem, p.77-78). Para o medievalista Patrick Geary, o compromisso relativo à fixação dos vikings na região de Rouen pode não ter significado o fim das incursões, mas “foi o começo do fim” (GEARY, 1994: p. 148) tendo Rollo sido encarregado de repelir futuros ataques à foz do rio Sena. Segundo Geary, o tratado de concessão das terras para fixação dos normandos de Rollo “abriu caminho para uma cristianização razoavelmente rápida” (Ibidem).

Walsh também chama a atenção para o fato de que as menções das fontes sobre a violência dos normandos contra os cristãos podem ser relativizadas. Ela diz que os vikings, efetivamente, atacaram os vizinhos com o objetivo de expandir seus territórios, após o processo de instalação em Rouen, mas que essa conduta teria sido uma resposta às agressões perpetradas pelos cristãos também empenhados em alargar suas posses. “Em outras palavras, eles estavam se comportando como seus vizinhos cristãos, que também estavam ocupados matando-se uns aos outros sem necessariamente respeitar as posses da Igreja durante esse processo” (WALSH, 2015: p. 77-78). Os ‘pagãos’ se esforçavam de forma tão marcante para se integrar às regiões cedidas por Carlos, o Simples que, desde o começo, eles se esmeraram por lançar mão das mesmas estratégias de expansão dos potentados cristãos, lastreadas por comportamentos semelhantes de

guerra e conquista. “A percepção de que o comportamento dos vikings fosse, de alguma forma, pior pode ter sido fruto das memórias do seu passado pagão” (Ibidem, p. 78).

Os *Quatro Livros* nos mostram, em algumas passagens, vikings atacando cristãos e promovendo destruições no Reino Franco. O monge de Saint Remi se refere a eles como piratas e bárbaros inúmeras vezes ao longo de sua obra e não são raras as passagens em que são tratados de forma depreciativa. Mas, no que diz respeito às disputas que colocaram frente a frente carolíngios e robertianos, no início da segunda década do século X, a representação assumiu uma outra estratégia discursiva. Os normandos aparecem atendendo à convocação de Carlos, em 922, no momento em que ele empenhava todos os recursos à sua disposição para assegurar sua coroa.<sup>10</sup> Richer apresenta os vikings honrando compromissos que alguns dos vassalos francos do rei se negaram a fazer. Geoffrey Koziol (KOZIOL, 2006: p. 364) lembra que os normandos já haviam atuado como aliados de Carlos em 893, contra Eudes e em 898 contra o próprio Roberto. Em 922-23, eles foram derrotados tentando cumprir o papel de aliados militares a que estavam obrigados pelos tratados entabulados com o monarca carolíngio. Rollo e seus seguidores sabiam que a aliança firmada com Carlos era a chave legitimadora das terras concedidas na parte ocidental do Reino Franco, o que fez com que devotassem a ele uma lealdade extraordinária. Algumas das exigências que marcavam os vínculos de fidelidade que acarretavam obrigações de diferentes naturezas foram observados pelos ‘pagãos’ que, dessa forma, tentavam se enquadrar no sistema de valores que estruturava a sociedade franca.

A leitura do monge de Saint Remi é a de que nem todos os vikings deveriam ser vistos da mesma forma. Se alguns grupos se entregavam às pilhagens, outros se relacionavam com os francos através de relações de reciprocidade. Isso não fazia deles vizinhos pacíficos com os quais as relações fossem sempre amistosas. A narrativa richeriana nos mostra que seria precipitado concluir que as maneiras de perceber e de se relacionar com os homens do norte fossem inescapavelmente uníssonas durante o século X. Eles não eram sempre os invasores pagãos que causavam pânico quando se

entregavam aos assaltos e pilhagens, como as fontes coetâneas, aparentemente, deixam entrever.

As descrições feitas por Richer das relações históricas envolvendo os francos e seus vizinhos setentrionais trazem importantes informações sobre a organização da sociedade da *Francia* do século X. As narrativas presentes nos *Quatro Livros* evidenciam um traço da cultura política franca bastante conhecido para esse período: a divisão do poder entre o rei e os nobres através de uma monarquia que se marca pelo diálogo e pela observância da opinião dos *magnatas* da Gália. As divisões existentes entre os nobres são apontadas como causa das devastações. Os próprios invasores estão cientes dessa falta de coesão e tiram proveito dela. Eles são apresentados como seguidores de um chefe e o sucesso dos ataques – a unidade em torno de uma liderança – é antípoda do fracasso da defesa – desunião entre os homens de armas. A debilidade pode ser superada a partir de outro caminho: a associação entre a confiança nas tradições imemoriais ligadas ao entendimento dos francos enquanto grupo (identidade) e a necessidade de combater o inimigo em comum (unidade) se apresentam como os mantenedores de uma perspectiva de resistência. O cristianismo aparece como elemento que ajuda a manter a união na condição de identidade cultural ameaçada pelo paganismo dos invasores. É inevitável reconhecer na leitura que Richer faz da sociedade franca do século X o peso da fragmentação política para a desorganização e vulnerabilidade diante dos agressores. Mas, por paradoxal que possa parecer, esses mesmos agressores foram utilizados como parte de uma estratégia de retomada da autoridade por Carlos, o Simples que se aliou a eles em diferentes momentos de luta contra seus rivais. O que poderia ser visto como um ultraje – ou utilizado politicamente como tal – nos mostra a leitura que o autor dos *Quatro Livros* fez do comportamento político do monarca carolíngio. O discurso do monge de Saint Remi atrelou a aliança estabelecida por Carlos com os normandos à ideia de pragmatismo político. Diante da necessidade de fazer frente a um exército mais poderoso e da urgência de reverter a contestação à sua autoridade pela coroação de outro rei, ele teria lançado mão de um dos poucos recursos à sua disposição. Seria uma cartada arriscada, mas não havia muitas outras de que ele pudesse dispor. Sendo difícil engendrar o que seria politicamente

aceitável, ele se arriscou a fazer o que seria estrategicamente possível ao se associar a Rollo e seus seguidores.

### **Eudes e o papel da identidade**

Seria ilusão imaginar que o conselho dos sábios, a despeito do seu significado simbólico e político, pudesse instantaneamente reverter o esfacelamento da autoridade e a divisão no seio da nobreza, mesmo que sejamos informados de que os grandes “de comum acordo, escolheram Eudes como rei, guerreiro intrépido e vigoroso.”<sup>11</sup> O novo monarca, ao ser “coroadado, sempre agiu com força e disposição”<sup>12</sup> mas, mesmo assim, não conseguiu acabar com as divergências entre os nobres.<sup>13</sup> Entretanto, é preciso dizer que os atributos que Richer atrela a ele demonstram que parte da proposta de debelar os invasores se mostrou bem-sucedida.<sup>14</sup> Ele assumiu as funções de uma autoridade com o mínimo de poder que poderíamos chamar de públicos. À crise alimentar que se seguiu às investidas normandas, ele contrapôs uma tentativa de equilíbrio dos preços. Além de arbitrar sobre a compra e venda de alimentos, ele cuidou da fortificação e da defesa do reino.<sup>15</sup> Esses procedimentos se associaram ao sucesso militar parcial na guerra contra os vikings. As mazelas advindas com as razias normandas, continuam presentes na narrativa richeriana. Eudes equacionou algumas medidas defensivas e ofereceu resistência aos invasores, mas eles continuaram a aparecer em ondas sucessivas. Os *Quatro Livros* dizem que os normandos, depois de descobrirem que Eudes estava na Aquitânia

Se juntaram, prepararam sua frota e se lançaram, de improviso, sobre a Bretanha. [...] os piratas pegaram tudo o que era possível carregar, fugiram depois de se apoderar de um rico butim sem ter que enfrentar qualquer oposição. Encorajados por esse sucesso, eles passaram pela Bretanha, se lançaram sobre a Aquitânia, nas proximidades de Angers, devastando inteiramente a região levando consigo homens, mulheres e crianças. Eles

decapitaram idosos dos dois sexos; as crianças foram submetidas à escravidão; as mulheres que eles consideraram bonitas foram violadas.<sup>16</sup>

Richer nos apresenta um cenário aterrador. A presença do rei não desencoraja os invasores a se lançarem sobre a Aquitânia, depois de passarem pela Bretanha promovendo todo tipo de excessos. A despeito do sucesso colhido em algumas frentes, a razão que teria levado os príncipes a coroarem Eudes não apresentava os resultados esperados. Os normandos precisariam ser contidos e o aparato militar deveria ser fortalecido por outros mecanismos além das fortalezas, paliçadas e combatentes. O que parece, efetivamente, chamar atenção de Richer são os traços norteadores das ações que levaram os francos ao sucesso frente aos adversários mais formidáveis. Sua proposta discursiva enaltece o despertar do que seria um comportamento cujas idiossincrasias estariam específica e unicamente atreladas ao povo franco. Uma condição inata foi exortada por Eudes, na guerra contra os pagãos.

O rei, rodeado pelos senhores francos e aquitanos, se aconselhou com eles sobre as ações militares que deveriam ser empreendidas e, triunfando sobre os receios que os abatiam, exortou-os ao combate, exaltando sua bravura natural. Ele lembrou que nenhum outro povo se igualava a eles em força, audácia ou na habilidade com as armas. Ele vaticinou que seus antepassados haviam submetido quase toda a terra, e que eles haviam arrasado Roma, a capital do mundo. Que a grandeza paterna, disse-lhes, renasça, então, nos filhos; e que o valor dos pais, receba um novo brilho vindo dos seus filhos.<sup>17</sup>

Dessa forma, o monge de Saint Remi apresenta um elemento supra-institucional, ligado a uma autorrepresentação – ancorada em uma visão de passado – usada para explicar hábitos, condutas, especificidades da história dos francos que poderiam despertar ideias atinentes à identidade. Em seu discurso, Eudes vaticinou que “que nenhum outro povo se igualava a eles em força, audácia ou na habilidade com as armas” e ofereceu o combustível para que os invasores fossem vencidos. Assim, se justifica a origem de ações bem-sucedidas que continuaram respondendo quando a ocasião exigia. A lembrança da vitória sobre Roma se associou ao argumento de que as habilidades que

possibilitaram a conquista da maior de todas as cidades pelos antepassados dos francos foram transmitidas aos seus sucessores, que agora deveriam lançar mão das mesmas qualidades inatas em um contexto diferente e diante de um novo desafio. A exploração da noção de pertencimento entre os guerreiros francos chega ao seu paroxismo durante uma batalha na qual o rei “conversa demoradamente com eles sobre como é glorioso morrer por sua pátria e como é nobre verter seu sangue para defender os cristãos.”<sup>18</sup> O discurso da defesa da terra natal se casa com a conduta marcada pela coragem e abnegação dos combatentes que “ainda que cada qual sofresse com os ferimentos recebidos, não temiam marchar contra o inimigo.”<sup>19</sup>

É interessante perceber que mesmo respaldando as atividades do novo rei, Richer não parece, aqui, fazer apologia à legitimidade da coroação de Eudes. O robertiano foi vitorioso, desempenhou bem algumas das funções que se esperava de um rei, mas isso não lhe concederia legitimidade dinástica. O monge tenta mostrar, na verdade, que o sucesso da resistência se deveu aos traços da personalidade dos francos que não dependiam de Eudes especificamente. A narrativa richeriana atribuiu muita importância ao processo de centralização tanto para a defesa, quanto para a organização do reino e evidenciou que os francos dispunham das ferramentas necessárias para concretizar essa proposta. Mas, o monge de Saint Remi não maquiou as ações de Eudes para convencer sua audiência de que a unificação do reino seria o caminho das benesses. Como vimos acima, os *Quatro Livros* não obnubilaram o fato de que o robertiano fracassou na missão de pacificar o reino, do que, o contexto nos oferece inúmeras provas. Richer não mencionou, mas as viagens para controlar os preços foram, também, ocasiões nas quais Eudes travou guerras contra nobres que não aceitavam sua autoridade. Em 892, mesmo ano em que essa batalha contra os normandos era preparada, Eudes se envolveu em querelas internas para ratificar seu poder. Nesse ano, o conde Balduíno II, de Flandres se rebelou contra o robertiano e teve como um dos seus aliados, Waucher, primo de Eudes que recebera deste a fortaleza de Laon (FAVRE, 1976: p. 140-141). Eudes reuniu suas tropas com intuito de reprimir a rebelião antes que ela se disseminasse e atacou Laon. Waucher foi preso, julgado, condenado pelo crime de

---



lesa majestade – e por ter ousado se rebelar contra seu soberano –, teve sua cabeça decepada e, com o beneplácito de Dido, bispo de Laon, foi sentenciado, ainda, a permanecer insepulto (Ibidem, p. 143). Mas, a clara intenção de utilizar o primo do rei como exemplo para os desertores que se colocassem contra ele não teve o resultado esperado. As desavenças continuaram acontecendo e um ano depois, uma coalizão envolvendo Fulques, bispo de Reims, o conde Herbert II, Guilherme da Auvérnia, Ademar de Poitou e o duque Ricardo da Borgonha se levantou contra o robertiano (Ibidem, p. 159). Vemos, assim, que à incapacidade de se colocar termo às invasões dos homens do norte se acrescia a intermitência das querelas internas.

Dando sequência aos silêncios do monge de Saint Remi, não houve referências, tampouco, ao fato de que diante da impossibilidade de vencer seus adversários em campo, o robertiano teve que pagar aos invasores para que eles se retirassem, e ainda assim, eles não foram completamente apaziguados (LOT, 1948: p. 464). A bem da verdade, ele não foi mais bem-sucedido do que os carolíngios que o antecederam no combate aos normandos ou nas tentativas de unificação do reino. Isso nos mostra que os vikings não foram – e nem poderiam ser – catalizadores da centralização do reino franco. Uma manifestação emblemática dessa impossibilidade advém das relações envolvendo Eudes e o legítimo herdeiro da coroa, Carlos, o Simples. O fato de Carlos ter se aliado a grupos de normandos que ele lançou em campanhas contra o robertiano mostra que a guerra contra os invasores não seria capaz de unir os francos. Na verdade, após a coroação de Carlos, em 893, o combate aos ‘piratas,’ que esteve na origem das justificativas a embasar a entronização de Eudes, arrefeceu sensivelmente na medida em que este canalizava suas forças para combater os *optimates* que lhe faziam oposição. A sugestão que se infere da narrativa richeriana de que os adversários externos deveriam ser usados para costurar a unidade do reino, talvez pudesse servir às gerações futuras, mas não teria sido capaz de cimentar as relações entre os aristocratas que testemunharam as invasões do fim do século IX e das primeiras décadas do século X.

É preciso dizer, contudo, que as razias perpetradas pelos normandos, verdadeiramente, aterrorizavam os povos que viviam nas regiões cristianizadas e não foi sem lastro em eventos concretos que o autor dos *Quatro Livros* se utilizou delas para insuflar uma possível organização política do Reino Franco do Ocidente. Leandro Rust

diz que o rastro de destruição que os vikings deixavam com seus ataques criava a sensação de que a ordem social estava em colapso, o que colocava o mundo de cabeça para baixo. “Em fins do século IX, a investida viking foi narrada como um novo e medonho abuso do mundo” (RUST, 2021: p. 163). Régis Boyer nos lembra que a conduta de Carlos, o Gordo frente aos vikings foi um dos fatores seminais para sua deposição do trono, pouco antes de sua morte. Chamado para auxiliar na defesa de Paris, ele ofereceu, aos normandos, passagem pelo Sena, facultou a pilhagem e devastação da Borgonha e, de resto, pagou-lhes 700 libras de prata (BOYER, 1992: p. 164). A rejeição quanto à conduta do imperador mostra como a aversão aos normandos encerrava em si um latente capital político que poderia ser utilizado como combustível para mitigar a combalida unidade entre os francos. O cálculo político que fundamentou a narrativa richeriana tem suas raízes atreladas a eventos em que os invasores geraram crises no seio da sociedade franca, fosse o terror causado pelas razias ou o receio do seu comportamento pagão. O monge vislumbrou o papel catalizador que os vikings poderiam desempenhar como aglutinadores dos nobres guerreiros e fez dessa perspectiva uma das bandeiras da sua agenda política.

Mesmo assim, inimigos externos não conseguiriam, sozinhos, resolver as querelas envolvendo os príncipes territoriais da *Francia*. O escopo do monge de Saint Remi foi apresentar as benesses que a monarquia poderia proporcionar quando conseguisse se colocar como anteparo entre os grupos internos e resolver as questões externas. Contudo, o monarca não agiria sozinho. Ele precisaria congregiar os combatentes e canalizar sua energia contra o inimigo comum colocando fim aos desentendimentos endógenos. O rei pode até ajudar a estimular a fúria e a audácia dos guerreiros – quando, diante das irresoluções, “os anima ao combate exaltando sua bravura natural” – mas ele não as cria. A origem comum do povo franco e os seus excepcionais/inatos traços distintivos que se manifestaram em episódios grandiosos da sua história, trazidos ao lume pelo monge de Saint Remi, poderiam despertar um potencial sentimento de unidade que deveria/precisaria ser explorado, na busca pela centralização monárquica. Pela perspectiva de Richer, as peculiaridades francas seriam capazes de despertar a noção de pertencimento que, por sua vez, deveria ser utilizada

para cimentar as relações entre o monarca e seus súditos. O simbólico, nesse caso, se associa à materialidade institucional e alimenta a identidade lastreada no imemorial.

### **Estratégias hegemônicas ou intervenções negociadas**

No rastro das descrições concernentes aos conflitos contra os normandos, Richer nos apresenta uma figura enigmática. Seu nome era Ingo e ele se marcou pelo fato de ter ocupado o posto de porta estandarte do rei, mesmo sendo de um grupo intermediário. O monge o caracterizou como impávido e audacioso – traços que, como vimos acima, foram atribuídos aos francos por seus líderes e que estabeleceram relações estreitas com ideais de identidade e pertencimento. Ingo surge em um contexto de crise.

E como decidiam quem levaria a insígnia real, porque, entre tantos nobres guerreiros, não havia um que não estivesse machucado e todos declinavam dessa honra, Ingo se lançou do meio da multidão e ofereceu seus serviços, dizendo, sem qualquer vestígio de medo, ‘Eu, homem de um grupo intermediário e escudeiro do rei, levarei o estandarte real através das fileiras inimigas, se isso não for aviltar a honra dos meus superiores. Eu não tenho medo dos infortúnios da guerra, já que sei que devo morrer apenas uma vez.’<sup>20</sup>

O mais emblemático foi o fato de que ele assumiu uma prerrogativa que deveria caber a algum nobre de alta linhagem. Essa proposta foi aceita pela nobreza guerreira que se achava reunida em campo de batalha para enfrentar normandos e o rei, em pessoa, referendou e legitimou a escolha ao dizer, “por nossa graça e pela vontade dos grandes, seja porta estandarte.”<sup>21</sup> Pela narrativa richeriana, a decisão do monarca e a vontade dos grandes se mostraram acertadas. Ingo liderou uma campanha bem-sucedida em que os inimigos foram massacrados e seu líder capturado.

Ingo recebeu a bandeira e avançou no meio do exército que se reunia em torno dele. Colocado à frente de uma formação militar, ele se lançou furioso sobre o inimigo; os bárbaros tombaram e perderam a coragem; o exército real atacou novamente e os esmagou, depois, atacou uma terceira vez e aniquilou quase todos.<sup>22</sup>

O discurso richeriano atrelou ao porta estandarte uma imagem que catalisava a unidade. Ele conduziu o emblema que representava imagetivamente a autoridade do reino em uma manobra coroada de um êxito acachapante. Todos os francos que estavam no campo de batalha – e mesmo os que não estavam – deveriam se sentir representados por aquele símbolo. O sucesso foi o resultado quando os francos se congregaram em torno de um signo que trazia em si as ideias de união e pertencimento. O emblema que representava a todos e os convertia, tropologicamente, em membros de um mesmo reino, uniu os francos em um mesmo movimento que se mostrou fragorosamente vitorioso. O recado estava exarado nas páginas escritas por Richer e sua agenda política explicitada: a união seria o caminho para a vitória e a consequente resolução dos problemas internos que a *Francia* enfrentava. O que os habitantes do reino tinham em comum para selar a união necessária? Todos eram francos, depositários de uma bravura inata, súditos do mesmo rei, representados pelos mesmos símbolos, herdeiros de um passado glorioso, com um inimigo em comum que os ameaçava indistintamente. Esses elementos deveriam ser congregados e suas premissas internalizadas e aceitas por todos, para que o projeto de Richer desse certo. Como ele escrevia quase um século depois da morte de Eudes, sua proposta se direcionava a gerações futuras que haviam testemunhado a queda da dinastia carolíngia e o advento dos robertianos. O discurso richeriano mostra que a unidade ajuntaria diferentes segmentos e que cada qual desempenharia suas funções em prol do reino. Robert Latouche afirma que as façanhas de Ingo fazem parte do universo das fábulas e aponta como evidência o argumento de M. R. Merlet, segundo o qual, nenhum historiador contemporâneo fez qualquer menção que fosse ao porta bandeira Ingo.<sup>23</sup> Pensamos que este pode ter sido a manifestação narrativa elaborada por Richer para metaforizar o sucesso que adviria com a consolidação da unidade.

Logo depois, contudo, Ingo foi protagonista de um ato sacrílego. O impávido escudeiro manchou sua conduta, literalmente, com sangue. Richer diz que Eudes havia concedido a Catilo, líder dos normandos capturado pelos francos, o direito de escolha:

“a vida, com o batismo, ou então a morte. O tirano não hesitou em solicitar o batismo. Mas, era duvidoso que ele tivesse qualquer fé.”<sup>24</sup> A ocasião, então, se apresentou.

Como a solenidade de Pentecostes se aproximava, o rei tinha junto de si uma reunião de bispos e esses impuseram a Catilo um jejum de três dias; ao fim desse tempo e após a celebração do ofício pontifical na basílica do mártir São Marcial, Catilo desceu até as fontes sagradas, onde o rei em pessoa deveria conduzi-lo ao batismo. Ele já estava batizado, por tripla imersão, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, quando Ingo, o porta estandarte, tirou sua espada e o feriu mortalmente, sujando com seu sangue as fontes sagradas. O rei, indignado com esse crime, ordenou aos aristocratas que prendessem o assassino e o matassem.<sup>25</sup>

Ingo teve a prerrogativa de justificar sua ação.<sup>26</sup> No discurso que Richer imputa ao porta estandarte, este afirma que o defunto era um adversário que participava de incursões em terras cristãs, que havia sido capturado depois de ter perpetrado uma série de devastações e que voltaria para vingar o destino dos seus homens. Ingo viu sua conversão como estratégia para escapar da morte. Um processo que, destituído de qualquer sinceridade, não seria garantia de que suas ações ímpias não voltassem a acontecer assim que novas oportunidades se lhe apresentassem. Sua ação foi justificada com o argumento de que procedera de tal forma para evitar a ruína do monarca e da pátria. Essa passagem da narrativa do monge de Saint Remi pode nos revelar elementos dos seus escopos políticos e informações sobre o contexto. Ingo aparece como um protetor abnegado do rei e do reino, que se sacrifica para que a harmonia social não seja colocada em risco. O senso de unidade que ele incorpora no discurso richeriano se manifesta na defesa que ele diz assumir dos sustentáculos da centralização: “Eu agi pela saúde do rei e dos seus, e queira Deus que minha morte assegure a liberdade do reino e a tranquilidade pública.” Sob a pena de Richer, Ingo aparece plenamente consciente da gravidade do que havia feito, mas, para completar o duplo propósito de salvar o rei e garantir a liberdade do reino, ele não teve medo de comprometer seu futuro. O monge de Saint Remi apresenta a ideia de que o bem comum deveria ser o objetivo último das ações dos francos. À proteção do reino se associaria a defesa da religião cristã, baluartes

da unidade que deveriam alimentar o sentimento de identidade e a noção de pertencimento entre no seio da sociedade franca. Os invasores que, além promoverem toda sorte de desordens, eram inimigos da fé – e se utilizavam de subterfúgios para profanar a Igreja e devastar o reino – deveriam ser combatidos e, assim, a coletividade seria contemplada com a paz pública – e quem deu exemplo disso foi um obscuro escudeiro, proveniente dos estamentos intermediários, que personificou, nesse evento, a honra que deveria balizar o comportamento daqueles para quem ele ofereceu sua vida. A narrativa richeriana enseja a ideia de que a conduta de um agente aglutinador como Ingo, contemplaria a salvaguarda dos interesses do rei e dos grandes e, conseqüentemente, suas ações deveriam servir de exemplo para os nobres do reino. O porta estandarte se configura, nos *Quatro Livros*, como um exemplo que poderia ajudar a fomentar perspectivas de unidade entre os aristocratas.

O papel da religião como elemento agregador também aparece nas entrelinhas do pensamento richeriano. Na leitura política subjacente à descrição do evento, surge uma ideia: diante da premissa de que o desfortúnio do reino se atrelava à desunião dos líderes guerreiros – e de que não existia uma força política capaz de reverter esse estado de desagregação – o elemento religioso deveria ser um elo a fornecer a coesão capaz de impedir o sucesso das invasões pagãs – que para além de todos os prejuízos materiais causados, também poderiam se consubstanciar como ameaça ao cristianismo e à Igreja. Para que a religião não se configurasse como ameaça aos ataques vindos das terras pagãs, ela deveria cumprir o papel que, naquele contexto de conturbação, nenhuma força civil se mostrava capaz de fazer: assumir a condição de cimento social. O comportamento de Ingo surge como uma advertência de que as premissas da religião não poderiam redundar em infortúnios aos cristãos diante dos seus adversários, ainda que a conversão dos pagãos fizesse parte do discurso e das práticas do cristianismo. Apresentou-se, assim, uma exortação velada de que a religião não poderia ser utilizada como elemento que permitisse a ruína dos personagens e das instituições que conferiam identidade e organização à sociedade franca. A punição que Ingo inflige a Catilo pela ofensa ao sacramento do batismo, traz em seu rastro a ideia de que a religião cristã precisaria funcionar como elo de identidade contra os invasores. Richer utiliza o

episódio para explorar as potencialidades do elemento religioso como fator capaz de congregar os cristãos.

A despeito de suas ações aparecerem como desinteressadas, Ingo foi recompensado e sua ação sacrílega perdoada. Eudes “recebeu Ingo em graça. Além disso, concedeu-lhe, generosamente, o castelo de Blois, pois quem o controlava havia morrido na guerra contra os piratas. O rei fez com que Ingo se casasse com a viúva desse homem.”<sup>27</sup> No discurso richeriano, o porta bandeira teve suas ações reconhecidas pelo próprio rei e pelos *optimates*, o que esteve na origem das benesses com que fora agraciado. Dominique Barthélemy nos convida a uma reflexão em que Ingo e Catilo aparecem como personagens que poderiam estar em uma competição direta pelos favores do rei. O segundo poderia ser candidato a receber as benesses com as quais o primeiro havia sido contemplado. Duas figuras que pelos respectivos estatutos estariam em conflito aberto pelo castelo e pelo casamento que se vinculava à sua posse. A ação de Ingo, nesse caso, seria a “oficialização de seus interesses privados, em uma situação efetivamente exemplar do mundo da feudalidade fidal” (BARTHÉLEMY, 2002: p. 44). O jovem porta estandarte seria a manifestação de um comportamento que balizava as relações entre aristocratas e seus senhores no contexto de gestação do feudalismo.

No começo da obra do monge de Saint Remi é apresentada a ideia de que “os habitantes da Gália manifestam uma audácia inata [...]. Se forem provocados, atiram-se ao assalto furioso [...]. Quando são persuadidos com argumentos e convencidos, dificilmente têm o costume de refutar-se.”<sup>28</sup> Na guerra contra os invasores, os francos precisaram se lançar aos “assaltos furiosos” insuflados por sua “audácia inata.” A vitória sobre Catilo e seus homens foi a materialização do sucesso franco. O perdão concedido a Ingo fez uso da ponderação lastreada pelos “argumentos persuasivos.” Mesmo com toda carga sacrílega que sua ação encerrava, ele foi perdoado e sua sentença de morte foi anulada. Para avaliar o pedido feito pelos guerreiros para que perdoasse Ingo, a conduta do rei foi designada pelas palavras *animus temperans*.<sup>29</sup> A expressão poderia ser traduzida como *equilibra a alma* e enseja a ideia de uso da razão. A alma equilibrada

---



faculta a tomada de decisões ponderadas. A narrativa richeriana aponta o caminho que o monge vislumbrava para o apaziguamento das contendidas que esfacelavam a sociedade franca: a implacabilidade dispensada aos invasores não pode ser a tônica das relações endógenas. O uso da razão, a que os francos “dificilmente têm o costume de refutar-se,” deve ser utilizado para arbitrar as querelas fratricidas, no lugar da “audácia inata” que precisa ser canalizada para as questões externas. Os *Quatro Livros* nos dizem que os francos precisariam encontrar um caminho que não fizesse uso da vingança para resolver suas desavenças internas. O rei, na condição de anteparo entre os grupos, deveria aplicar as leis depois de ouvir seus conselheiros e lançar mão da ponderação que emana de um espírito equilibrado. A razão é representada como mecanismo capaz de – e necessário para – regular as relações sociais para que não se recorra impreterivelmente à violência e, como tal, deveria ser o sustentáculo da justiça.

É preciso pensar, ainda, no que a narrativa de Richer sobre Ingo nos revela dos comportamentos dos *optimates*. Lembremos que se trata de um personagem de um grupo intermediário que aparece repentinamente do meio dos combatentes e que, além de levar o estandarte do rei e de conduzir uma batalha, faz justiça sozinho, de forma sacrílega, contrariando todos os procedimentos socialmente aceitos e reconhecidos como legítimos. A passagem merece reflexão quando pensamos em como os francos eram ciosos das prerrogativas exclusivas de que desfrutava sua aristocracia. Ao descrever o rei como alguém que trata “com equidade as diferenças entre os nobres,”<sup>30</sup> Richer mostra que havia certa maleabilidade nos limites que balizavam as condutas socialmente aceitas no seio das elites dirigentes. A moral e as intenções poderiam ser levadas em consideração para atenuar o rigor do julgamento de um nobre de média extração acusado de um comportamento ímpio. No caso de Ingo, há ainda a menção a um dom recebido depois do perdão pelo assassinato de Catilo. Richer evidencia os mecanismos de controle social utilizados pelos *optimates* francos para debelar qualquer possibilidade de ameaça a sua hegemonia. Ao mesmo tempo, nos apresenta as estratégias para negociar a concessão da autoridade a grupos que escapassem às fileiras mais altas da escala social.

Ainda que o perdão tenha se configurado como uma benção e o indulto redundado em uma benesse fundiária, a ação de Ingo digna de recompensa foi perpetrada visando a salvaguarda da vida dos seus superiores. O porta-estandarte foi perdoado depois do julgamento da justificativa de que ele teria agido para proteger seu rei. Fica, por essa passagem, sugerido que as ações ímpias de grupos de menor prestígio que visassem a defesa dos interesses dos seus superiores poderiam ser aceitas e recompensadas, mas que, antes, deveriam passar pelo crivo da alta nobreza. Seria legítimo contornar a lei e ainda ser recompensado desde que devidamente julgado e avalizado pelos donos do poder. Talvez seja possível designar essa condição de ‘liberdade vigiada’ ou ‘condicionada.’ Esse argumento ganha força quando pensamos em um contexto em que a capilaridade da ação dos tribunais e a aplicação de um código de leis unificado se encontravam bastante circunscritas. Dominique Barthélemy diz que esse caso é um exemplo emblemático da relação que se estabelece entre dois nobres em que o senhor condena e recompensa (BARTHÉLEMY, 2002: p. 44). De toda sorte, os *Quatro Livros* nos oferecem informações valiosas sobre os valores, os hábitos e as estratégias de dominação utilizadas pela elite guerreira franca durante o século X.

Esse grupo de aristocratas que ocupava o topo da hierarquia social se esmerou para que a fragmentação que lhes concedia poder e autoridade não fosse ameaçada pelos anseios unificadores das casas que ambicionavam chegar ao trono. Richer via nessa conduta a causa das mazelas do reino e sua obra foi a plataforma a partir da qual ele elaborou uma alternativa a essa lógica. Os *Quatro Livros* ofereciam o argumento que advogava a causa da unidade e as bases que o fundamentavam. Claro está que, pelo momento em que o livro foi escrito, nos anos finais do século X, seu autor almejava encaminhar a proposta das benesses que a unidade traria às gerações que testemunharam e àquelas que se seguiriam o advento da dinastia capetíngia ao poder, em 987, contexto que continuaria a ser entrecortado por guerras civis e pela debilidade da autoridade régia. O monge de Saint Remi se valeu da história para tentar convencer seus interlocutores de que os elementos que aproximavam os francos – fossem externos ou internos – eram muito mais sólidos do que os anseios autonomistas que marcavam o egocentrismo político dos príncipes territoriais, e muito mais promissores, também, para

o futuro do reino. Defensor pertinaz da monarquia, Richer morreu sem ver materializada sua proposta de um Reino Franco unido e pacificado.

### Fontes

**RICHER. Histoire de son temps.** Texte reproduit d'après l'éd. originale donnée par G.-H. Pertz, avec trad. française, notice et commentaire, par J. Guadet. Paris: Chez Jules Renouard, deux tomes, 1845.

**Histoire de Richer en Quatre Livres.** Avec traduction, notes, cartes géographiques et *Fac simile* du manuscrit de Richer par A. M. Poinson. Reims: P. Regnier, Imprimeur de l'Académie, 1855.

**RICHER. Histoire de France, 2 vols.** Éditée et traduite par Robert Latouche. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1930-1937.

**Histories, 2 vols.** Richer of Saint Rémi. Edited and translated by Justin Lake. Massachusetts/London: Harvard University Press/Cambridge University Press, 2011.

### Referências

BARTHÉLEMY, Dominique. La féodalité et l'anthropologie: en relisant Flodoard et Richer. In: **Annuaire-Bulletin de la Société de l'histoire de France**, (2002), p. 25-54.

\_\_\_\_\_. La théorie féodale à l'épreuve de l'anthropologie. Note critique. **Annales ESC**, 1997, p. 321-341.

BASSI, Rafael. **A escrita da História e o rei.** São Leopoldo: Oikos, 2014.

BOYER, Régis. **Les Vikings: histoire et civilization.** Paris: Plon, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

DEPREUX, Philippe. Saint Remi et la royauté carolingienne. In: **Revue Historique**, T. 285, Fasc. 2 (578) (AVRIL-JUIN 1991), p. 235-260.

DHONDT, Jean. Élection et hérédité sous les Carolingiens et les premiers Capétiens. In: **Revue belge de philologie et d'histoire.** Tome 18, fasc. 4, 1939, p. 913-953.

DUMAS, Auguste. L'église de Reims au temps des luttes entre carolingiens et robertiens (888-1027). In: **Revue d'histoire de l'Église de France**, tome 30, n°117, 1944, p. 5-38.

ECKEL, Auguste. **Charles, le Simple**. Genève/Paris: Slatkine Reprints/Honoré Champion, 1977.

FALKOWSKI, W. Contra legem regem sibi elegerunt: les principes régissant l'exercice du pouvoir royal sous le règne de Charles le Simple. **Cahiers de Civilisation médiévale**, t. 35, 1992, p. 227-239.

FAVRE, Édouard. **Eudes: comte de Paris et roi de France**. Genève/Paris: Slatkine Reprints/Honoré Champion, 1976.

GEARY, Patrick. **Phantoms of remembrance: memory and oblivion at the end of first millennium**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

GLENN, Jason. **Politics and History in the Tenth Century: the work and world of Richer of Reims**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. The Composition of Richer's Autograph Manuscript. In: **Revue d'Histoire des Textes**, t. 27, 1997, p. 151-189.

GROSSE, Rolf. La royauté des premiers capétiens: "un mélange de misère et de grandeur"? In: **"Le Moyen Age"**, 2008/2, Tome CXIV, p. 266.

GUENÉE, Bernard. **Histoire et Culture Historique dans l'Occident Médiéval**. Paris: Aubier, 1980.

\_\_\_\_\_. Les premiers pas de l'histoire de l'historiographie en Occident au XIIe siècle. In: **Comptes-rendus de séances de l'Académie des Inscriptions et Belle-Lettres**, 127e année, n°1, 1983, p. 136-152.

\_\_\_\_\_. Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 28e année, n°4, 1973, 997-1016.

INNES, Matthew. **State and Society in the Early Middle Ages. The Middle Rhine Valley, 400-1000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KOZIOL, Geoffrey. **The politics of memory and identity in Carolingian royal diplomas: the West Frankish Kingdom (840-987)**. Turnhout, Belgium, Brepols Publishers, 2012.

\_\_\_\_\_. Is Robert I in hell? **Early Medieval Europe**, 2006 (14) 3, p. 233-267.

\_\_\_\_\_. Charles the Simple, Robert of Neustria, and the vexilla of Saint-Denis. In: **Early Medieval Europe**, 2006, (14) 4, p. 355-390.

\_\_\_\_\_. **Begging Pardon and Favour. Ritual and Political Order in Early Médiéval France.** Ithaca: London, 1992.

LAKE, Justin. **Richer of Saint-Remi: the methods and mentality of a tenth-century historian.** Washington: The Catholic University of America Press, 2013.

\_\_\_\_\_. Truth, plausibility, and the virtues of narrative at the millennium. In: **Journal of Medieval History**, vol. 35, 2009, p. 221-238.

\_\_\_\_\_. Rewriting Merovingian History. In: **Early Medieval Europe**, 2017, 25 (4), 489-525.

LAUER, Philippe. **Robert Ier et Raoul de Bourgogne, rois de France (923-936).** Genève/Paris: Slatkine Reprints/Honoré Champion, 1976.

LE JAN, Régine. **Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle): Essai d'anthropologie sociale.** Nouvelle édition [en ligne]. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2003.

LECOUTEUX, Stéphane. Les *Annales* de Flodoard (919-966): une oeuvre complete ou lacunaire? **Revue d'Histoire des Textes**, n.s., t. II, 2007, p. 181-209.

LEYSER, K. J. **Communications and Power in Medieval Europe: The Carolingian and Ottoman Centuries.** Rio Grande, Ohio: Hambledon Press, 1994.

LÖBLEIN, Horst. **Royal Power in the Late Carolingian Age: Charles III the Simple and his predecessors.** Colônia: Modern Academic Publishing, 2019.

LOT, Ferdinand. **Naissance de la France.** Paris: Fayard, 1948.

MACLEAN, Simon (ed.). **History and politics in late Carolingian and Ottonian Europe. The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg.** Manchester: Manchester University Press, 2009.

MCNAIR, Fraser. After Soissons: The Last Years of Charles the Simple (923-929). **Reti Medievali Rivista**, 18, 2 (2017).

\_\_\_\_\_. The Young King and the Old Count. Around the Flemish Succession Crisis of 965. In: **Revue Belge de Philologie et d'Histoire**, 95, 2017, p. 145-162.

MCKITTERICK, Rosamond. **The Frankish Kingdoms under the Carolingians, 751–987**. London: Longman, 1983.

\_\_\_\_\_. **The Carolingians and the Written Word**. New York: Cambridge University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. **History and Memory in the Carolingian World**. New York: Cambridge University Press, 2004.

MENANT, François; MARTIN, Hervé; MERDRIGNAC, Bernard; CHAUVIN, Monique. **Les capétiens: histoire et dictionnaire, 987-1328**. Paris: Robert Laffont, 1999.

RICHÉ, Pierre. **Les grandeurs de l'an mille**. Paris: Bartillat, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gerbert D'Aurillac. Le papel de l'an mil**. Paris: Fayard, 1987(a).

\_\_\_\_\_. Gerbert et Hugues Capet. In: **Annuaire-Bulletin de la Société de l'histoire de France**, (1987), p. 63-72.

\_\_\_\_\_. **Les carolingiens. Une famille qui fit l'Europe**. Paris: Hachette, 1983.

RUST, Leandro Duarte. **Vikings. Narrativas da violência na Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2021.

SASSIER, Yves. **Hugues Capet**. Paris: Fayard, 1987.

\_\_\_\_\_. L'utilisation d'un concept romain aux temps carolingiens. La res publica aux IXe et Xe siècles. In: **Médiévales**. Année 1988, **15**, p. 17-29.

\_\_\_\_\_. **Royauté et idéologie au Moyen Âge**. Paris: Armand Colin, 2002.

SOT, Michel. **Un historien et son Église au Xe siècle: Flodoard de Reims**. Paris: Fayard, 1993.

\_\_\_\_\_. Hérité royale et pouvoir sacré avant 987. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 43e année, n° 3, 1988, p. 705-733.

\_\_\_\_\_. Richer de Reims a-t-il écrit une Histoire de France?. In: BERCÉ, Yves-Marie et CONTAMINE, Philippe. **Histoires de France, historiens de la France. Actes du Colloque International**. Reims, 14 et 15 mai 1993, éd., Paris, 1994, p. 47-58.

TEIXEIRA, Igor Salomão e BASSI, Rafael (orgs.). **A escrita da história na Idade Média**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

THEIS, Laurent. **L'avènement d'Hugues Capet**. Paris: Gallimard, 1984.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: Edusc, 1999.

WALSH, Christine. Baptized but not Converted: The Vikings in Tenth–Century Francia. **Studies in Church History**, 51, 2015, p. 67-79.

WICKHAM, Chris. **O legado de Roma. Iluminando a idade das trevas, 400-1000**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

### Notas

<sup>1</sup>“Ob cujus infantiam cum regnorum principes nimia rerum cupidine sese praeire contenderent, quisque ut poterat rem dilatabat. Nemo regis provectum, nemo regnum tutelam quaerebat; aliena adquirere summum cuique erat; nec rem suam provehere videbatur, qui alieni aliquid non addebat. Unde et omnium concordia in summam discordia relapsa est. Hinc direptiones, hinc incendia, hinc rerum pervasioned exarsere. Quae cum immanissime agitentur, piratae qui Rhodomensem provintiam incolebant, quae est Celticae Galliae pars, ad rerum immanitatem incitatur.” In: RICHER. **Histoire de France**. Éditée et Traduite par Robert Latouche. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1930, vol. 1, *Liber II*, cap. IV.

<sup>2</sup>“[...] visum fuit Galliae primatibus, ut dono regum haec provincia ei conferretur; ita tamen ut, idolatria penitus relicta, christianae religioni se fideliter manciparet, nenon et regibus Galliarum terra marique fideliter militaret.” In: Ibidem. [...] depois de refletir bastante, os grandes da Gália foram da opinião de que o rei cedesse essa província aos bárbaros, com a condição, entretanto, de que eles abandonassem a idolatria e observassem fielmente a religião cristã; e de que deveriam ainda servir fielmente aos reis da Gália, na terra ou no mar.

<sup>3</sup>“Sed paterna tunc sevitia ducti, in principes dissidentes moliri conantur. Unde et latrociniis ac discursionibus Britanniam minorem, quae est Galliae contigua atque militans, infestare aggrediuntur; reique occasionem nacti, fidem penitus abrumpunt ulteriusque procedunt in Galliam. Ac circumquaque palantes, longe lateque diffunduntur, feminarum, puerorum, pecudum, ceterarumque rerum non modicam predam abducentes. [...] Ac idem sepius aggressi, Galliae Celticae partem quae Sequanea Ligerique fluviis interiacet, quae et Neustria nuncupatur, totam pene insectati sunt. Hisque animo inerat interiores Galliarum partes irrumpere earumque gentes aut a finibus pellere aut gravissimis substituere tributis. Id etiam ante fieri, quam in consensum principes revocarentur, accelerabant, hujusmodi dissidentia, pecunias Galliarum sese asportaturos, certissime rati.” In: Ibidem.

<sup>4</sup>“In quo conventu, spientium usi consilio, fidemque pacti, in concordiam maximam ridiere; contumelias a barbaris injectas ultum ire parati. Et quia Karolus vix adhuc triennis erat, de rege creando deliberant, non ut desertores, sed ut in adversarios in dignantes.” In: Ibidem, cap. IV.

<sup>5</sup>“[...] communi decreto, Odonem virum militarem ac strenuum [...] regem creant. Hic patrem habuit ex equestri ordine Rotbertum; avum vero paternum, Witichinum advenam Germanum.” In: Ibidem, cap. V.

<sup>6</sup>“Creatus rex, strenue atque utiliter omnia gessit, praeter quod in militari tumultu raram componendi lites potestatem habuit.” In: Ibidem, cap. V.

<sup>7</sup>“Nam pyratas signis collatis intra Neustriam septies fudit, ac in fugam novies compulit: atque hoc fere per quinquennium.” In: Ibidem, cap. V.

<sup>8</sup>“[...] legiones circumiens, precipuos quosque nomine vocans, hortatur ut suae virtutis ac nobilitatis plurimum meminerint, pro patria, pro vita, pro libertate certandum asserens. [...] His et aliis quam plurimis militum animos accendebat. In: Ibidem, cap. XXVIII. [...] percorria as legiões e chamava os principais chefes pelo nome e os exortava a se lembrarem de sua coragem e de sua nobreza, ‘é pela pátria,’ lhes dizia, ‘pela vida, pela liberdade que vocês combaterão. [...] Por essas palavras, seguidas de muitas outras, ele inflamou o ardor dos soldados.”



<sup>9</sup>A Batalha de Soissons foi um evento emblemático das lutas envolvendo carolíngios e robertianos. Acontecida em junho de 923. Nela se enfrentaram o legítimo herdeiro da coroa, Carlos, o Simples e Roberto I, da Neustria, que mesmo sem ter direito ao trono, havia sido coroado pelos seus apoiadores no ano anterior. Essa batalha foi um dos pontos culminantes de um processo de disputas políticas em que estavam envolvidos os legitimistas e os usurpadores.

<sup>10</sup>“Nortmannis quoque usque ad effectum suasit, adeo ut regi fidem spondere eique ut iuberet militare vellent. Qui cum regi militaturi occurrerepararent, a Gallis intercurrentibus inhibiti sunt. Unde et eorum suppetiis privatus est.” In: RICHER, op. cit., cap. XLVI. Ele conseguiu persuadir os normandos a lhe prestarem juramento de fidelidade e a lutarem seguindo suas ordens. Eles se preparavam para fazer isso, quando os gauleses fecharam o caminho os impediram de passar, o que privou o rei do seu auxílio.

<sup>11</sup>“[...] communi decreto Odonem, virum militarem et strenuum . . . regem creant.” In: Ibidem, cap. V.

<sup>12</sup>“Creatus que rex, strenue atque utiliter omnia gessit.” In: Ibidem.

<sup>13</sup>“[...] in militari tumultu raram componendi lites potestatem habuit.” In: Ibidem. [...] Absorvido pelas exigências da guerra, ele, raramente, pôde trabalhar para a reconciliação dos partidos.

<sup>14</sup>“Nam pyratas signis collatis intra neustriam septies fudit ac in fugam novies compulit. Atque hoc fere per quinquennium.” In: Ibidem. Com efeito, na Neustria, sete vezes ele derrotou os piratas em batalhas cerradas, nove vezes ele os obrigou a fugir, em um período de, aproximadamente, cinco anos.

<sup>15</sup>“Rex interea per loca quae piratis irruentibus aditum prebebant munitiones extruxit ac in eis militum copias ponit, ipse in Aquitaniae partes secedens, non ante se rediturum proponens quam supradicta modii frumentarii mensura duabus dragmis veniret, gallinatius vero denario, atque ovis duabus itidem dragmis, vacca vero tribus unciis venumdaretur.” In: Ibidem. O rei mandou construir fortificações nos lugares propícios às invasões dos piratas e as munuiu com tropas; ele se dirigiu em pessoa para a Aquitânia com um exército decidido a só voltar quando uma medida de trigo estivesse custando menos de dois dracmas, as galinhas um dinheiro, quando as ovelhas custassem dois dracmas e as vacas três onças.

<sup>16</sup>“Confluunt itaque ac classem parant, atque Britanniam repentini irrumpunt. [...] pyratae passim rapiuntur, quaeque commoda asportant, ac com multa rerum praeda, nullo renitente, redeunt. Tam felici ergo successu elati, per exteriores Britanniae fines secus Andegavum, Aquitaniam irrumpunt, multaque depopulatione terram devastant; abducunt viros ac mulieres puerosque. Quorum provectiones in utroque sexu obruncant; pueros servituti mancipant, feminas quae fromosae videbantur prostituunt.” In: Ibidem, cap. VI.

<sup>17</sup>“Rex principibus Francorum atque Aquitanorum stipatus, licet ancipiti deliberatione, tamen belli dispositionem apud eos pertractabat, illos ad pugnam hortans ac eorum magnanimitatem ex natura plurimum attollens. Aliis quoque gentibus eos esse potiores, tam viribus quam audacia et armis memorabat; eorum quoque majores pene totum orbem debellasse, ipsumque caput orbis Romam immaniter attrivisse. Unde et oportere paternam animositate in filiis renovandam asserebat, ut patrum magnanimitas filiorum virtute commendaretur.” In: Ibidem, cap. VII.

<sup>18</sup>“[...] decus pro patria mori, egregiumque pro christianorum defensione corpora morti dare multis sermonibus asserens.” In: Ibidem, cap. VIII.

<sup>19</sup>“[...] licet anterioris bellis vulneribus aeger, tamen obvenire non distulit.” In: Ibidem.

<sup>20</sup>“Et cum ageretur quis regium signum efferet, eo quod in tanta nobilium manu nullus sine vulnere videbatur, idque omnes evitarent, in medio omnium Ingo prosilit, ac militatum sese offerens, inperterritus dixit: ‘Ego ex mediocribus regis agaso, si maiorum honori non derogatur, signum regium per hostium acies efferam. nec fortunam belli ambigam expavesco, cum semel me moriturum cognosco.’” In: Ibidem, cap. IX.

<sup>21</sup>“Ad haec Odo rex, ‘nostro,’ inquit, ‘dono ac principum voluntate signifer esto.’” In: Ibidem. E assim, o rei Eudes disse, por nossa graça e pela vontade dos grandes, seja porta estandarte.

<sup>22</sup>“Ille signum excipiens, agmine densato circumseptus incidebat. Factusque cunei militaris acumen, hostes vibrabundus ingreditur. Praecipitantur barbari, viresque amittunt. At regius exercitus rediens, iterum irrumpit sternitque; tertioque adortus fere omnes opprimit.” In: *Ibidem*.

<sup>23</sup>In: *Ibidem*, p. 24-25.

<sup>24</sup>“[...] vitae ac mortem optionem dedit, si baptizaretur, vitam, sin minus, mortem promittens. Tirannus mox absque contradictione baptizari petit. Sed dubium an fidei quicquam habuerit.” In: *Ibidem*, cap. X.

<sup>25</sup>“Quia ergo Pentecostes instabat sollempnitas, ac episcoporum conventus regi aderat, ab episcopis ei triduanum indicitur jejunium. Die vero constituta cum in basilica sancti Marcialis martiris, post episcoporum prtacta officia, in sacrum fontem ab ipso rege excipiendus descenderet, jamque trina immersione in nomine Patris et Filli et Spiritus Sancti baptizatus esset, Ingo ante signifer, gladio educto letaliter eum transverberat, ac fontem sacratum, vulneris effusione immaniter cruentat. Rex tantum facinus indignans, principibus frementibus homicidam rapi ac trucidari jubet.” In: *Ibidem*.

<sup>26</sup>“Deum voluntatis meae conscium testor, nihil mihi fuisse carius vestra salute. Vester amor ad hoc me impulit. Ob vestram salutem in has me miserias precipitavi. Pro omnium vita tantum periculum subire non expavi. Grande quidem est gestum negotium, sed maior est negotii utilitas. Regiam maiestatem me laesisse quidem non abnuo, sed multa commoda in facinore comparata assero. Consideretur auctoris animus, animadvertatur etiam futura facinoris utilitas. Tirannum captum metus causa baptismum petiisse adverti, eumque postquam dimitteretur pluribus iniuriis vicem redditurum, suorumque stragem gravissime ulturum. In quem, quia futurae cladis causa visus est, ferrum converti. Haec est mei facinoris causa. Haec me ad scelus impulit. Hoc ob regis suorumque salutem peregi. Et utinam morte mea patriae libertas rerumque tranquillitas consequantur.” In: *Ibidem*, cap. XI. Tomo Deus como testemunha, que sabe das minhas intenções, que eu nunca tive nada mais caro do que vossa saúde, foi meu amor por vós o que me fez agir; foi para vos salvar que eu me lancei nesse abismo de infelicidade; foi para conservar vossa vida para todos que eu não tive receio de enfrentar esse perigo. Meu atentado, com efeito, foi enorme, mas as vantagens foram maiores ainda; eu feri, bem sei disso, a majestade real, mas eu afirmo que meu crime trará resultados extremamente úteis; considereis o motivo da ação, considereis, igualmente, a utilidade que ela terá no porvir. Eu sei que o tirano cativo solicitava o batismo porque ele tinha medo e que, depois de conseguir sua liberdade, ele nos traria inúmeras injúrias e vingaria impiedosamente a morte dos seus. Eu vi nele o responsável por nossa futura ruína e resolvi atacá-lo com a espada; eis o motivo do meu atentado, eis o que me compeliu ao crime; eu agi pela saúde do rei e dos seus, e queira Deus que minha morte assegure a liberdade do reino e a tranquilidade pública.

<sup>27</sup>“[...] Ingonem in gratia resumit. Et insuper castrum quod Blesum dicitur ei liberaliter accommodat, eo quod is qui castrum custodiam agebat, in bello pyratice occisus esset. Ejus quoque uxorem derelictam, dono regio in matrimonio sibi Ingo accopulat.” In: *Ibidem*, cap. XI.

<sup>28</sup>“Omnium ergo Galliarum populi innata audacia plurimum efferuntur, calumniarum impatientes. Si incitantur, cedibus exultant, efferatique inclementius adoriuntur. Semel persuasum ac rationibus approbatum, vix reffelere consuerunt. Unde et Hieronimus: ‘Sola, inquit, Gallia monstra non habuit, sed viris prudentibus et eloquentissimis sempre claruit.’” In: *Ibidem*, cap. III. Os habitantes da Gália manifestam uma audácia inata e se mostram intolerantes às injúrias. Se forem provocados, atiram-se ao assalto furioso e atacam sem piedade. Quando são persuadidos com argumentos e convencidos, dificilmente têm o costume de refutar-se. Por isso, Jerônimo disse: ‘a Gália não gera monstros sozinha, mas sempre foi iluminada por homens prudentes e eloquentíssimos.

<sup>29</sup>“Unde et milites pro eo agentes regem demulcente et ad pietatis clementiam suadent, nihil regi prodesse asserentes si suorum quispiam intereat; immo in tiranni occisione gaudendum, vel quia vitae datus sit si fidelis decessit, vel quia eius insidiae penitus defecerint si in dolo baptismum susceperit. Quibus rex, animum temperans, tumulto barbaro Ingonem in gratia resumit.” In:

Ibidem, cap. XI. Os próprios guerreiros intercederam por ele e, abrandando o coração do rei, o convenceram a uma piedosa clemência. Disseram-lhe que ele não ganharia nada com a morte de um dos seus e que, ao contrário, ele deveria ficar feliz pela morte do tirano, pois se ele morreu na fé ele será levado à vida, se ele, por outro lado, recebeu o batismo falsamente, sua estratégia fracassará. O rei cedeu a esses argumentos, sepultou o bárbaro, e concedeu suas graças a Ingo.

<sup>30</sup>“[...] nobilium causas quae litibus agitabantur ibi aequissime ordinat, plurimum de communibus omnium causis apud optimates pertractans.” In: Ibidem, cap. XII. [...] tratou com enorme equidade as desavenças entre os nobres e se ocupou, em conjunto com os grandes, dos assuntos públicos.